**Uma Universidade do “cuidado”?**

**Flávio Brayner (UFPE)**

Estamos habituados, desde a origem da Universidade moderna (Berlim, 1810), a pensa-la sob a custódia da Pesquisa e do Ensino (bem mais tarde da Extensão), voltada para a organização, produção e difusão de saberes científicos, estéticos, humanos, sanitários..., exercendo uma função republicana e universalista capaz de oferecer a sociedade critérios e instrumentos conceituais capazes de elevar nossa capacidade judicativa no interior da chamada esfera pública (onde decidimos sobre o mundo comum).

Foi muito mais tarde, já sob os auspícios do chamado “neoliberalismo”, que termos como “ranqueamento”, “produtividade acadêmica”, “competitividade”, “meritocracia”, “resultados”... vieram a constituir a “Novilíngua” universitária do mundo ocidental, e quando a Universidade precisa, entre outras atribuições “cuidar da vida”, é porque algo nos aconteceu! Precisamos pois, ao invés de dissertarmos diretamente sobre “o cuidado” que nossas instituições de ensino superior precisam ter com a “vida” (em todas as suas manifestações expressões), gostaria de perguntar que cuidado precisamos ter com a Universidade, num momento não apenas delicado de sua história, mas sobretudo, quando existência como instituição do PENSAR está ameaçada. **A questão, pois, é simples de ser formulada: como é possível conciliar competitividade, performance, ranqueamento, empreendedorismo e resultados mensuráveis com “universidade solidária, consciente, crítica, democrática, pública e socialmente comprometida”?** Receio que estejamos diante da quadratura do círculo, o que me leva a pensar que a Universidade que precisa de cuidados!

Quando vemos ou ouvimos o discurso ao nosso redor, denotando e conotando, com uma linguagem nova, a construção de uma outra realidade institucional (mudam-se as palavras para que o sentido que atribuímos às coisas possam também mudar) é porque algo de importante aconteceu e que não se trata simplesmente de “adequar a universidade às exigências dos novos tempos”: trata-se de criar este “novo tempo” e apresentá-lo, finalmente, como resultado de uma evolução *natural*. Há, pois, uma revolução em curso: a que instalará a distopia do *homem-recurso* dispensável, a que ameaça de eliminar do cenário universitário a resistência crítica, uma vez que ciência “objetiva e neutra” não é objeto de debate público, como sabemos desde Aristóteles (a verdade apodítica não faz parte do debate público).

Receio que o que se “esconde” aqui é algo como o fazer do mundo algo mensurável, quantificável e ordenado segundo uma *mathesis universalis* (uma ciência da ordem universal): este foi o delírio utópico da ciência moderna, esta ciência que “descobriu” que Deus escreveu o universo em linguagem matemática (Galileu)! Imaginar que todas as coisas podem ser medidas e quantificadas, e não digo apenas as ordens discretas, mas também o amor, a justiça, o ódio, a alegria, a amizade, o desejo, a revolta, a indignação, a dúvida, o pensamento, o julgamento, o querer e as emoções em geral (e as tentativas atuais de mensurar as chamadas “Competências não cognitivas” –“socioemocionais”- já apontam neste sentido), esta é a “Solução Final” do horizonte tecnocrático. Na nossa Universidade, enquanto os instrumentos para medir essas emoções não chegam, nos satisfazemos – por enquanto- em medir a ...”produtividade acadêmica” (número de patentes, de artigos, de recursos captados, de alunos virtuais, de professores deprimidos, de capítulos escritos, de citações, etc.).

Mas, se o **pensar** é exatamente aquilo que interrompe o *continuum* da vida, que nos retira da ordem imediata do mundo, dos automatismos ideológicos das respostas que antecedem às questões, do encadeamento causa-efeito..., para suspender, por um instante, nossas certezas habituais e, com isto, permitir o exercício do **julgamento**, só possível na presença partilhada ou confrontada com a pluralidade de outros pontos de vista, então, **uma Universidade da mensuração e do ranqueamento é uma Universidade que não pensa mais.**

**----------**

Para entender o curioso percurso de uma instituição que começou sob os auspícios da Igreja medieval (fundar filosoficamente a racionalidade da fé), libertou-se dela através da crítica iluminista das agências normativas e tradicionais da autoridade intelectual, para oferecer à sociedade o distanciamento necessário para que ela pudesse digerir seus próprios preconceitos, refletir sobre sua própria forma de se representar, propor projetos (formar elites, lastrear a identidade nacional, construir um passado, preparar profissionais para o mercado, ou inovar os meios de relação com a natureza, etc.) e que, finalmente, retornou ao seu ponto de partida aceitando a dogmática vassalagem aos desígnios do mercado e do pragmatismo antitranscendental (quero dizer com isto, sua incapacidade de imaginar outros modos possíveis de pensar, agir e viver), um percurso, como podemos constatar, que vai de um dogmatismo a outro, passando por um longo atalho “crítico”, para entender este curioso percurso, retomo, lanço mão de uma velha... tradição!

Trata-se de uma tradição cara ao Romantismo alemão, que fazia uma distinção entre Civilização (*Zivilisation*) e Cultura (*Kultur*). A primeira correspondia ao mundo material da produção e circulação de mercadorias, onde vivemos o dia a dia de nossas vidas, o mundo, por assim dizer, “fático” e ordinário. Trata-se, para aqueles românticos, de um mundo opressivo, inautêntico e alienante. A *Kultur* representava o contrário disto: aqui o espírito podia se manifestar através da arte, da imaginação e da utopia. A *Kultur* funcionava como um contraponto ou antídoto à alienação do mundo ordinário, ora como crítica, ora como esperança de sua modificação. Enquanto houvesse esta distância entre um e outro, estaria preservado o potencial crítico da sociedade. Herbert Marcuse, num debate em 1937, chegou mesmo a imaginar que numa sociedade que tivesse feito uma revolução social bem sucedida, onde os homens não precisassem mais da válvula de escape da imaginação e da esperança, nós não teríamos mais necessidade da arte! Alguns anos depois ele voltou atrás no que tinha dito: precisávamos, sim, da arte não apenas porque não havíamos realizado nenhuma revolução bem sucedida, mas porque a reserva utópica que a arte representava, a possibilidade de crítica e de distância do mundo fático tinham sido absorvidas pelo mercado. Ou, em outras palavras: a separação entre *Kultur* e *Zivilisation* não existia mais (Marcuse chamou isto de “unidimensionalidade” da sociedade). A utopia, a esperança, a imaginação tinham sido amplamente absorvidas pelo mercado. Isto significava que o poder da crítica sobre os aspectos desumanos e “inautênticos” de nossa vida diária, a conservação de nossa capacidade de pensar (que exige aquele distanciamento: quando pensamos, nos distanciamos do mundo sensível), uma das reservas utópicas da sociedade, não passavam agora de simples mercadoria, como qualquer outra, feita para ser consumida e imediatamente substituída pela crítica seguinte, ao gosto do freguês e das modas intelectuais.

 Nossa intervenção utilizará o conceito marcuseano de “UNIDIMENSIONALIDADE” para refletir sobre uma Universidade que... precisa de cuidados!